

## A Fome no Brasil

Somos cerca de 170 milhões de brasileiros, sendo quase 50 milhões (30%) de indigentes, vivendo abaixo da linha de pobreza e miséria.

(1704)

A realidade de um País que se apresenta como a 7ª. Economia do mundo, é uma nação que prime pela injustiça social, mantendo a

### UM RETRATO REAL DA 7ª. ECONOMIA DO MUNDO: O BRASIL

O Brasil real, é escondido pela chamada grande imprensa, haja vista que, o Poder Executivo, por meio da Lei de Diretrizes orçamentárias, distribuir, a seu bel prazer, as chamadas verbas de publicidade, que sustentam um jornalismo de cabrestão, pelego, na televisão, revistas, jornal impresso e outras mídias.

O verdadeiro Brasil, que é a base da



Pirâmide Social, é subjugado a própria sorte, em meio a fome, a miséria, o analfabetismo, a violência, a discriminação de raça, cor, social e religiosa, pedofilia, tráfico de drogas, xenofobia, intolerância correlata entre tantas outras mazelas impostas, pelo Poder Público Constituído, que legisla em causa própria, é corrompido e

corrompe, e no Brasil de hoje, não há política pública eficaz para acabar com este "status quo" estabelecido. A indústria da fome e da seca, é a política pública que vige no Brasil, nas periferias das grandes cidades e no Nordeste Brasileiro. (by jc pereira, fotos Google imagens)

### CHACINAS DE NEGROS E AFRO DESCENTES É COMUM TODOS OS DIAS

No Brasil, ser negro, afrodescendente, é como o fosse, um crime de Deus, por



## EDUCAPAZ NEWS

INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ

ANO 1 EDIÇÃO 1 MAIO DE 2016

### EDITORIAL

A injustiça social no Brasil, está atingindo os limites do insuportável. A base da Pirâmide Social, vem sendo sufocada pela classe média alta, pela agiotagem dos banqueiros, pela corrupção no Poder Público e nas empresas de ponta. A fome, miséria, analfabetismo, violência, discriminação de todos os gêneros, xenofobia, intolerância correlata, tráfico de drogas, é, um fato real, que a mídia esconde do mundo. É necessário, a curto prazo, mudar esta situação, ou o Brasil acaba

Jornalista m .'. m .'. Dr. Jc Pereira

### BRASIL: NAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

criar esta raça tão abjeta, para o Poder Constituído e a classe média alta.

Todos nós, que vivemos pelo ativismo voltado para a defesa dos Direitos Humanos e de Cidadania, temos notado que, nos últimos tempos, tem aumentado o número de chacinas, nas periferias

30.000 POR ANO  
2.500 POR MÊS  
82 POR DIA  
7 A CADA DUAS HORAS  
77% SÃO NEGROS

**MAIS CHOCANTE QUE ESSA REALIDADE,  
SÓ A INDIFERENÇA**

JUNTE-SE À ANISTIA INTERNACIONAL  
E DIGA CHEGA DE HOMICÍDIOS!

das grandes cidades brasileiras, é um sinal, de que está sendo implantada uma política pública de extermínio do jovem afro descendente, para transformar o Brasil numa nação ariana, nos moldes nazistas da Alemanha de Hitler.

Tudo nos leva a crer que há, um complô, patrocinado pela Classe Média e Alta, onde trabalham para o isolamento do afro descendente em guetos, vedando-

lhes o acesso, onde haja caucasiano, a não ser para serem meros serviçais, semi escravizados sob salários baixíssimos, e com um custo elevado de custo dos serviços público.

### O RACISMO PATROCINADO PELA MÍDIA EM TODOS SEGMENTOS.



(Foto Google Imagens)

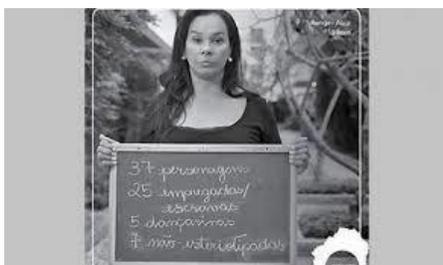
Isto é notório. O Afro descendente no Brasil, não é considerado um potencial consumidor, haja vista, que para os meios de Comunicação Brasileiro, o negro é objeto de uso, e nada usa, a não ser que, o caucasiano seja o modelo para o uso qual seja o produto, para que o afro descendente compre.

Produtos para bebês, alimentos, bebidas, cigarros, bicicletas, geladeiras, enfim todo e qualquer produto, os modelos escolhidos são caucasianos.

Não há, com raríssimas exceções, modelos negros, aparece apresentando um produto. Para a cerveja, sempre uma loira, com atributos físicos avantajados, que não representa a realidade da mulher brasileira. Uma loira indutiva, de que o produto apresentado é um afrodisíaco, um chamado ao sexo. Para os grandes magazines, de moveis, equipamentos, roupas, somente brancos é que são os modelos, de preferência, celebridades da televisão



(Foto Google Imagens)



(IMAGEM DO GOOLE IMAGENS)

### O RACISMO DECLARADO NAS NOVELAS BRASILEIRA

É deveras uma afronta a razão em termos de igualdade, é assistirmos as novelas produzidas no Brasil, voltadas para a exportação, onde o afro descendente é relegado à um segundo Plano, nunca é um protagonista ou coadjuvante na trama elaborada pelo autor.

99,9% do corpo de autores são brancos, embora o Brasil seja, uma nação de maioria negra.

Quando o negro é convidado para participar de um folhetim televisivo, além dos baixíssimos proventos a ele destinados, suas funções sempre é, de serviçais, e na maioria das veze, é humilhado pelo branco, ator principal ou coadjuvante e demais brancos do elenco.

As emissoras de Televisão produtoras do folhetim, vendem para o mundo, a imagem de um Brasil branco

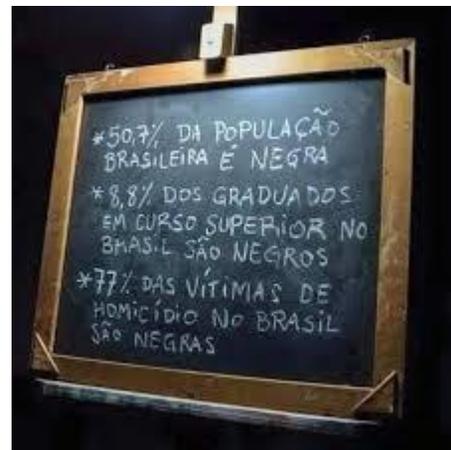
Quando o cenário é o de crime, o de bandido contra o mocinho, o afro descendente é sempre o bandido, o estuprador, o assassino, o chefe do tráfico de drogas.

O negro nas novelas, sempre mora na favela, nos guetos de miséria e fome. Formatam, autor, emissora produtora

Promovem uma sequência de cenas, que induzem pela imagem, que o negro é mau, a escória da sociedade, que tem que ser humilhado, e que só presta para servir o branco, viver sob a sola de seus sapatos. a separação vigente na África do Sul. Brasil de hoje, a bem da verdade, é uma nação onde, a segregação racial,

de cor, social, religiosa e de costumes, avilta quem quer seja, que luta pelo iluminismo, direitos humanos, de cidadania, de gênero, enfim, tudo o que prevaleça para o branco, se preciso for, enterrar o afro descendente numa fossa, o farão, e o Poder Constituído, aprova e patrocina este estado de coisas.

### A EDUCAÇÃO NO BRASIL, É FEITA PARA O BRANCO, ONDE O NEGRO É OBJETO DE BULLING E COTAS.



(Imagem: Google Imagens)

Quando o Poder Público, na área da educação, decide estabelecer cotas para o ingresso nas universidades do Negro, mostra o seu racismo, pois cotas é uma forma de controle, sobre quantos negros podem adentrar ao ensino público superior.

O negro não precisa de cotas para o ensino superior, mas sim de justiça social, igualdade de condições para disputar com o branco, da classe média e alta, que dominam as Universidades públicas.



(Imagem: Google Imagens)

A política de cerceamento do negro, no acesso a educação de qualidade, inicia-se na pré-escola, com o cerceamento de vagas. Não são raros o caso nos quais,

ficam de fora da pré escola, a criança negra. Para o branco nunca falta a vaga, e isto é fácil de verificar. Entra ano e sai ano, esta rotina é sempre a mesma.

No Brasil, o Estado patrocina o Racismo. E de forma aviltante, e o próprio afro descendente, tem suas forças minadas, quando tentam mudar a situação. A realidade é nua e crua, e não há no momento como fugir dela, se não, com apoio internacional, da Organização dos Estados Americanos, da ONU, da Corte de Haia, e de todas as agências da ONU, que lutam contra o Racismo e pelo desenvolvimento igualitário, humano, social, religioso no Brasil, dominado pela minoria branca, que impõe a fome e a miséria para o afro descendente.



No Brasil, criam-se leis para defender o afro descendente, mas seus objetivos são desvirtuados, pela classe média e alta, dominantes, que continuam a agir, dentro dos seus conceitos de racismo, e o Poder Público, edita as Leis, as promulga, mas o próprio Poder Judiciário, não legisla para o cumprimento das leis outorgadas.

Desde quando criança, o negro é sempre o suspeito, e as autoridades de segurança, as Polícias, tudo fazem para manter este conceito vigente. No negro primeiro atiram, e depois pedem documentos. Não importa, se sejam, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso. O negro para as autoridades



policiais é sempre o suspeito.

**ROLEZINHO: A PROIBIÇÃO DO JOVEM DE ENTRAR NOS SHOPPING NO BRASIL – UMA CONFESSÃO POSIÇÃO RACISTA DA CLASSE MÉDIA E ALTA APOIADA PELO PODER PUBLICO, QUE COLOCOU A POLICIA PARA BATER.** (imagem: google imagens)



No Brasil, o negro, o afro descendente em si, os que moram em comunidades, hoje com a denominação plantada pela mídia racista como Comunidade, não tem o direito de entrar nos Shopping Center. Se uma família, negra, com 15 membros, resolverem almoçar em um Shopping no Brasil, e chegarem na porta de um Shopping, serão barrados pela segurança, e se tentarem dialogar, querer fazer prevalecer seus direitos constitucionais e de cidadania, com certeza, a Polícia Militar será chamada, os impedirão de adentrar o estabelecimento comercial, e se insistirem, serão conduzidos para a Delegacia de Polícia, se antes, não sofrerem o ataque com bombas de gás de lacrimogênio, bombas de efeito moral, agressão com cassetetes e outras barbaridade muito comum no dia a dia do Brasil escondido, da realidade racista na qual vive a periferia das grandes



idades, patrocinadas pelo poder público, que para eles, negro é sub raça.

Um negro entrar em Shopping no Brasil, se entrar sozinho, de imediato, aparece um vendedor, atendente branco com a clássica pergunta: "posso te ajudar"

Entrando em dois, uma dupla de negros, todos os rádios dos seguranças são acionado avisando da presenças deles, e

que podem ser assaltantes, e por precaução, a Polícia é acionada.

Aliás vou mais longe. Em qualquer estabelecimento que um negro entrar no Brasil, desde que coloque os pés na porta, até o seu sair, será monitorado, as vezes de forma ostensiva.

O foco das câmaras de segurança ficar sobre ele, por onde andar. Não importa se esteja de terno e gravata, ou vestindo roupas esporte de grife, devido a sua cor, será monitorado,



Isto é corriqueiro no Brasil. Em todos os lugares, bares, restaurantes, lojas, parques, cinema, o negro, o afro descendente é sempre olhado com o Próprio Poder Público reconhece isto, mas nenhuma providência é tomada.

No Brasil, o racismo é uma mancha no mundo, que precisa de ser apagada. A Lei Aurea, assinada pela Imperatriz Princesa Isabel, para o branco, foi assinada a lápis, e a qualquer momento sua assinatura pode ser apagada, e vai valer, as práticas racistas sobre o afro descendente no Brasil, Só que este racismo vai além da cor da Pele. No Brasil vige um racismo violento, social, de raça cor, social, econômico e religioso.

A classe dominante impõe isto, o Poder Público apoia, pois nos Três Poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário, os afros descendentes são, a minoria da

minorias, pois, principalmente o Congresso Nacional, a Câmara Alta e a Câmara Baixa, é dominada pelas oligarquias, e o negro lá, é ignorado, não aparece na TV Institucional e ou privada.

São acochados em um canto, e não conseguem ter voz ativa, e nem acesso a Tribuna, nas sessões ordinárias da casa.

**O BRASIL PODE VOLTAR PARA O ANO DE 1.500, VAI SER MUITO DIFÍCIL A PARIDADE POLÍTICA ENTRE NEGROS E BRANCOS NO PODER PÚBLICO: AS BARREIRAS BRANCAS PARA IMPEDIR QUE ISTO ACONTEÇA, A CADA DIA SÃO RENOVADAS.**



Planta o branco, a mídia, no meio da miséria negra em que o Brasil vive, que. “o negro não tem Presidentes, Senadores, Deputados, Governadores, vereadores e Deputados, pois o negro não vota em negro”.

Esta é uma deslavada mentira, pois onde já se viu, um país de maioria negra, não votar em negro. Acontece que, a política no Brasil, ela está centrada no colonialismo que sempre existiu em toda a sua história., e as oligarquias brancas dominantes, que fizeram da política brasileira, um antro oligárquico, onde o político que lá está, é sucessor de família, vem do tataravô, avo, pai e assim por diante.

Ora o pobre, o negro, ele é jogado para os guetos da periferia, onde o político só aparece em época de eleição, para posar para fotos, com os miseráveis – logico, depois manda-as velar, não quer ver, depois de eleito, a imagem dos miseráveis que teve que ver, para colher votos.

Mas não é o negro que não sabe votar, ou que não vota em negro. O racismo começa nos partidos políticos, cuja liderança é branca oligárquica.

Ora, o Partido, até dá a legenda para o negro, mas não repassa para ele, os recursos do Fundo Partidário, que é formado pelo imposto pago por todo brasileiro.

Os repasses do Fundo Partidário, só e feito para quem está no Poder, é candidato a reeleição, consegue arrecadar recurso pelo caixa 2, é corrupto, se submete a corrupção, e pertence a oligarquia política.

Ora, um negro nunca vai ser eleito no Brasil. Pode ter capacidade, pode ser líder comunitário, sim vai se candidatar, é aceito, mas não recebera um centavo sequer do Partido, para promover sua candidatura.

Dentro do sistema eleitoral brasileiro, o negro é ferramenta de uso para captação de votos de legenda, e passado o pleito, vai ficar com as dívidas que assumiu durante a campanha, não vai ser lembrado para um cargo público, e continua o círculo vicioso de cartas marcadas na Política Brasileira.

A política brasileira, é um clube fechado ferrenhamente, no qual, quem está dentro não sai, quem está fora não entra. Não há, no atual “status quo” estabelecido, uma forma de mudança nesta situação. Nunca haverá paridade entre brancos e negros no Brasil, no que tange a cargos de gestão pública. Pois o racismo existe, muito forte, e não há interesse que o afro descendente assuma um cargo de gestão pública, quer majoritária ou minoritária, pois vai criar políticas públicas favoráveis aos negros, os quais, a sociedade caucasiana brasileira odeia.

**NOVO GOVERNO PROVISÓRIO COMPROVA O RACISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA, POROMOVIDO PELAS OLIGARQUIAS.**

Isto é recente. Foi na semana que passou. O governo provisório de 180 dias, instalado, haja vista o impedimento da Presidente da República, traz de volta o racismo na política brasileira. Ministerios foram extintos, e não foi nomeado e ou convidado nenhum Ministro de Cor negra, sendo o

Ministério formado totalmente caucasiano.



(Imagem Google)

Nem para o Ministério da Justiça, convidaram o negro hoje, mais famoso mesmo que Pelé, o ex Ministro do Supremo Tribunal Federal, a maior corte de Justiça do Brasil

Mas faz parte do jogo. Joaquim Barbosa, de fato tem condições, devido o amor que os brasileiros têm por ele, de em 2018, tornar-se o primeiro Presidente Negro do Brasil.



Mas os fatos vão mais longe ainda. Joaquim Barbosa, o Negro, mandou para a cadeia políticos importantes, inclusive muitos que estão no Ministério do Novo Governo hoje, estão em suspeição, outros réus em processo de corrupção.

Promover Joaquim Barbosa, a oligarquia perdera as eleições de 2018, de forma mais rápida.

O medo toma conta, da oligarquia. Joaquim Barbosa eleito, vai tornar-se um Martin Luther King ou um Mandela brasileiro, pois devido a sua notória honestidade, fara uma limpeza nos cargos públicos.

Dara uma força descomunal para a Operação Lava a Jato, para a Policia Federal, para colocar os brancos corruptos na cadê pergunta-se, quantos afro descendente estão envolvidos no escândalo da corrupção no Brasil.

Se minha memória não estiver falha, nenhum negro está envolvido. São todos brancos. Isto não é debatido pela chamada grande mídia, que é racista.

### OS MODELOS PARA O TURISMO SEXUAL NO BRASIL, SÃO AS MULHERES NEGRAS, NOMINADAS DE MULATAS.

A injustiça social, vigente no Brasil, leva, as mulheres para a prostituição, e as chamadas festas de Momo, de Aché, a bem da verdade, são comemorações onde a prostituição é incentivada, e onde ocorre a maioria da escravidão de mulheres, acontece nestas épocas.

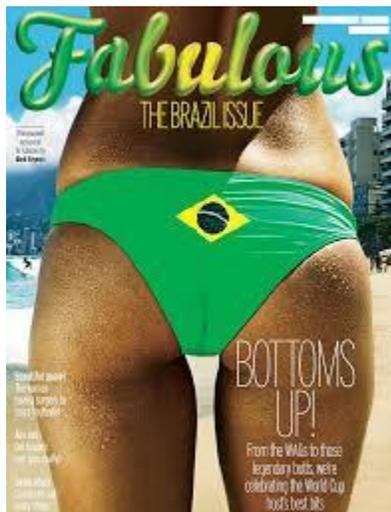


(Imagem Google Imagens)

Isto não é segredo para ninguém, e o poder público, faz vistas grossas para estes fatos.

A Prostituição infanto juvenil, atinge níveis insuportáveis, e em qualquer área de periferia, nos morros, onde impera a fome, a miséria, o tráfico de drogas, o aliciamento de menores é uma constante, e nada é feito contra este hediondo cenário promíscuo que ceifa vidas. O interessante, é que a mídia brasileira, em vez de denunciar estes descabros, ao contrário, divulga como se fossem festas, a exemplo disto, temos o Pancadão do Funk, que produz todos os meses, centenas de adolescentes grávidas grávidas.

É oportuno e pontual a abordagem destes fatos, haja vista, estamos, nos aproximando de um evento mundial que é as Olimpíadas, e onde, a Olimpíada Sexual, vai ser muito mais abrangente, do que foram as outras.



Isto é um retrato fiel, da injustiça social, e a indústria que mais Todos os dias, os noticiários no Brasil, é a do Turismo Sexual.

O Poder Público oprime a periferia na fome e na miséria, e as adolescentes tornam-se alvo fácil da exploração sexual.

O noticiário criminal, na Televisão, no Jornal Impresso, pelas Redes Sociais, vemos registro de sequestros, pedofilia, trabalho escravo infantil.

O Poder Público, permite as chamadas casas de massagem, que na verdade são prostíbulos, onde adolescentes são iniciadas na vida da prostituição.

Não é raro, a Polícia Civil, em todo o Brasil, estourar estes prostíbulos, tanto no centro das cidades, como nas periferias.



FONTE: GOOGLE IMAGENS

Não há no Brasil, política pública de prevenção contra a prostituição juvenil. Não há um sistema de Educação Acadêmica de ponta, onde o ensino é

continuado, sem a preocupação de formação da criança, do adolescente e do jovem, com capacitação profissional.

Ora, as adolescentes, oprimidas na miséria, muitas vezes na fome, metralhada todos os dias pela ostentação incentivada pela mídia, acaba caindo na mão dos marginais, e acabam se transformando em escravas do sexo.

O volume de findos movimentados por esta indústria, é elevadíssimo. Corre muito dinheiro, tráfico de drogas, viciamento destas adolescentes.



(FONTE: GOOGLE IMAGENS)

Nos postes de sustentação de fios, vemos panfletos colados, oferecendo vagas para massagistas. Na Internet, nas redes sociais, proliferam ofertas de massagens chamadas eróticas. Mas não há um acompanhamento policial.

Neste tipo de comércio há de tudo. Necessário se faz, o Poder Público tomar as providencias cabíveis, haja vista, estamos perdendo nossas adolescentes, para as drogas e a prostituição.



FONTE: GOOGLE IMAGENS

Isto Tem que acabar. Subjuga a miséria, principalmente no Nordeste Brasileiro, nas periferias das grandes cidades. Os pais consentem que seus filhos e filhas, ainda adolescente, entrem pelo caminho da prostituição.

**O ATENDIMENTO A SAUDE NO BRASIL ESTA EM COLAPSO, E AS MORTES SÃO CONSTANTES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO, POR OMISSÃO DE SOCORRO E FALTA E ESTRUTURA PARA ATENDIMENTO**



Imagem Google

O Sistema de Saúde no Brasil, está falido, não existe praticamente, haja vista a corrupção está entranhada, desde a contratação de pessoal, compra de medicamentos, campanhas de vacinas, sendo a base da pirâmide social brasileira, relegada à um quinto plano, pois em todas as instâncias, Federal, Estadual e Municipal, não existe política pública de governo, para um atendimento digno na área da saúde.

**OS HOSPITAIS NO BRASIL, PRINCIPALMENTE NA PERIFERIA, É A SALA DE ESPERA DO NECROTÉRIO, PARA AUTOPSIA DO PACIENTE.**

A bem da verdade, a recepção de um Hospital de emergência no Brasil, é o primeiro para catalogação de um futuro paciente cadáver, haja vista, um simples operador, pelo que o paciente fala, determina o risco de morte, vermelho, amarelo ou verde, para o atendido. Coloca-se uma pulseira na cor de evidente risco de morte, e o mesmo é encaminhado para um grande salão com cadeiras, com pacientes já instalados, com vários tipos de doenças, inclusive

contagiosas em alto grau, fazendo com que, buscando atendimento, fatalmente



será contaminado por doenças das quais, não havia em si

Imagem Google

O grande salão, estão desaparecendo as cadeiras, e sendo ocupadas por macas, com aqueles que aguardam atendimento. Neste ambiente totalmente contaminado, os pacientes chegam a ficar 10 horas deitados em uma maca, sem qualquer atendimento, sem alimentação, relegados a própria sorte. Os funcionários, vivem em alto estresse, maltrata, os pacientes, são brutos como carcereiros de masmorras, e quando são questionados, chamam seguranças, que em muitos casos acionam a polícia. E o paciente, além de



não ser atendido, é levado para a delegacia de polícia.

IMAGEM GOOGLE

É um verdadeiro crime, o atendimento voltado para a pediatria. Não há equipamentos, as máscaras de oxigênio são compartilhadas, de forma direta, sem profilaxia, expondo a criança a um sem número de outras doenças contagiosas. Não há macas especiais para crianças. Ficam no colo das mães, de parentes, uma ao lado da outra,

recebendo oxigênio em inalação. Ambiente totalmente contaminado, é adquirir infecção hospitalar, não é muito difícil. E sendo pega, em infecção hospitalar, não são poucos os óbitos, por infecção generalizada.

Seg., 01/02/2016 - 08:47



**Hospital improvisa garrafa no lugar de máscara de oxigênio e bebê morre**

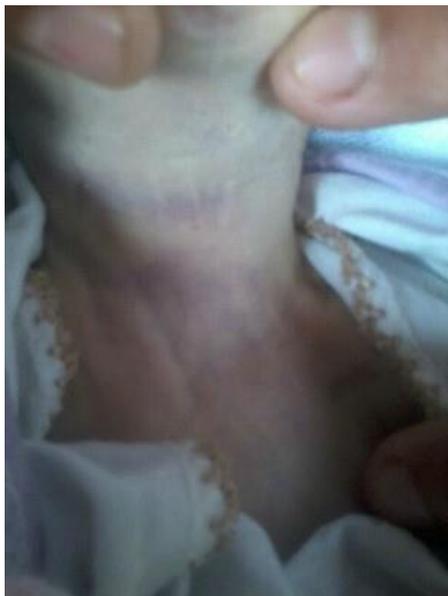
Fato ocorreu nesta semana em Jutai, município a 751 Km de Manaus. Irmão gêmeo de bebê morta foi liberado neste domingo; Susam investiga.



fonte:

<http://www.plox.com.br/acontece/hospital-improvisa-garrafa-no-lugar-de-mascara-de-oxigenio-e-bebe-morre>

<http://www.plox.com.br/acontece/hospital-improvisa-garrafa-no-lugar-de-mascara-de-oxigenio-e-bebe-morre>



Uma recém-nascida morreu 10 horas após o parto no hospital de Jutai, 751 Km de Manaus. Sem máscaras de oxigênio, a unidade hospitalar improvisou garrafas PET na internação da criança e do irmão gêmeo, que nasceram com problemas respiratórios. O menino teve alta neste domingo (31), mesmo tendo nascido com 7 meses de gestação. A Secretaria de Saúde do Amazonas (Susam)



investiga o caso.

A tia das crianças disse que os bebês nasceram em parto normal por volta de 1h do dia 28 e que a menina morreu às 11h. Segundo Rayssa Neres, a família foi comunicada que o hospital não possui incubadora e que estava sem máscaras de oxigênio.

“O médico cortou a garrafa e colocou nos bebês, porque não tinha aparelho nem nada. Ele não tem culpa. Tentou ajudar”, diz a tia.

Fonte:

<http://www.plox.com.br/acontece/hospital-improvisa-garrafa-no-lugar-de->

[mascara-de-oxigenio-e-bebe-morre#sthash.OUV7Jie8.dpuf](https://www.instagram.com/mascara-de-oxigenio-e-bebe-morre/#sthash.OUV7Jie8.dpuf)

**DIREITOS HUMANOS: PRESOS NO BRASIL SÃO SUBMETIDOS A TORTURAS E VIVEM EM MASMORRAS. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO ESTA FALIDO E NÃO RECUPERA OS INFRATORES DA LEI, AO CONTRARIO, OS TRANSFORMA EM FERAS BESTIAIS.**

Presídios brasileiros têm ‘códigos penais’ criados pelos próprios presos. (Documentário) fonte:

<http://www.sitemantenopolis.com.br/pr-esidios-brasileiros-tem-codigos-penais-criados-pelos-proprios-presos/>



Canibalismo, esquartejamento, estupro coletivo, decapitação, “jogo de bola” com cabeças, sevícia com cabo de vassoura, olhos vazados, ida para cela sem luz e com escorpião. São exemplos de punições — talvez as piores — da espécie de “código penal” que se criou entre presos do sistema penitenciário brasileiro, segundo levantamento do GLOBO em denúncias da Justiça Global, do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mais do que regras de organização entre presos em cadeias superlotadas e insalubres, as “penas” aplicadas por detentos a outros também são, principalmente nos casos mais violentos, forma de demonstrar poder. À semelhança dos tribunais do crime em áreas dominadas por facções fora das cadeias, também dentro delas

grupos de presos fazem seus julgamentos e dão seus vereditos.



— Há grupos com poderio nos presídios, e não só por serem de alguma facção. Em Recife, no Complexo do Curado são os “chaveiros”, presos que ficam com as chaves das celas. Em outros locais há os chamados “celas livres”, como em Rondônia; ou os “faxinas”, os detentos que, em tese, cuidam da limpeza e têm circulação mais livre — conta Sandra Carvalho, coordenadora-geral da Justiça Global, ONG de direitos humanos. — As rixas entre presos são exponencializadas pelas condições em que o Estado os mantém: superlotação, má alimentação, insalubridade, assistência médica precária. São condições nas quais o preso com mais acesso a um ou outro serviço pode se impor. Fica evidente a incapacidade do Estado em relação ao sistema prisional.

**APÓS ESQUARTEJAMENTO, FÍGADO ASSADO E COMIDO**

No último dia 13, o MP do Maranhão denunciou à Justiça o caso de um detento do Complexo de Pedrinhas que no fim de 2013 foi torturado por horas por outros presos; morto a facadas; esquartejado em 59 partes; e teve pedaços de seu fígado assados e comidos.

“Tudo se iniciou a partir de desentendimento com um detento” de uma facção, relata o promotor Gilberto Câmara França Júnior na denúncia. A vítima também teria “ofendido” outro detento, que seria “torre” desse grupo, “última instância antes da liderança geral”. Após a tortura, ligaram para o “comandante” do grupo — “preso em estabelecimento prisional federal” —, e o veredito foi a morte.

Após execução e esquartejamento, “chegaram a pôr sal nos pedaços do corpo (...), para que não exalasse odor desagradável”. Então, os denunciados “fizeram um fogo e assaram o fígado (...), repartindo esse órgão em pedaços, que foram ingeridos por esses indivíduos, os quais mandaram pedaços para outros detentos também comer”. O corpo só pôde ser reconhecido por um familiar porque um dos pedaços trazia uma tatuagem: “Vitória razão do meu viver”, dizia a homenagem da vítima à filha.

#### GAY E COM DÍVIDA DE R\$ 15. PENA: ESTUPRO COLETIVO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), enviou, no último dia 14, resolução ao Brasil determinando que o país tome medidas para garantir a integridade física dos presos do Complexo do Curado. Segundo uma das denúncias, um detento homossexual, este ano, recebeu como “sanção” de outros presos passar por estupro coletivo numa cela de isolamento com mais de 30 detentos. A “acusação”, segundo os presos, era o fato de que a vítima devia R\$ 15 a um preso “chaveiro”. Depoimento da mãe da vítima indica que a homossexualidade do detento (que é transgênico, com corpo com traços femininos devido a hormônios) também teria sido levada em conta para a pena. Por causa do estupro, a vítima contraiu Aids.

— No Curado, nos últimos dois anos, já temos conhecimento de pelo menos cinco sanções de estupro. Parece-nos que tem se tornado uma prática — diz a advogada Natália Damásio, da Justiça Global, contando que a entidade não tem conhecimento de que o detento estaria recebendo coquetel anti-aids. — Um preso heterossexual foi submetido a tortura por outros, sendo que parte da tortura foi ser estuprado com um cabo de vassoura.

Outro tipo de punição é enviar o detento “condenado” por seus pares a celas de

isolamento ou castigo — que no Curado, são locais sem iluminação e com presença de escorpião. Houve relato de castigo que consistiu em ataque a detentos por cães rottweiler, sob a vista de “chaveiros”.

#### ‘JOGO DE BOLA’ COM CABEÇAS

Este ano, na Paraíba e na Bahia, presos foram decapitados por outros, que, depois, chegaram a “jogar bola” com a cabeça do corpo degolado, diz Sandra Carvalho. Essa situação já foi vista em presídios de São Paulo e do Espírito Santo.

— Em São Paulo, os atos de violência entre presos ocorreram principalmente entre o fim dos anos 90 e a primeira década dos anos 2000, no processo de dominação dos presídios do estado por uma facção criminosa — conta ela.

Fauzi Hassan Choukr, coordenador das Promotorias de Execuções Criminais da cidade de São Paulo, ressalta:

— Essas anomalias são evidências de que temos um simulacro de sistema penitenciário. Estamos devendo isso à sociedade.

#### PAÍS NUNCA FOI CONDENADO NA OEA PELO SISTEMA PRISIONAL



Em Rondônia, no presídio Urso Branco, houve presos esquartejados; que tiveram os olhos vazados e golpeados com “chuços”, armas brancas improvisadas (pedaço de ferro preso num pedaço de madeira). Soube-se de corpos de presos encontrados dentro de paredes de celas.

Mutirão Carcerário do CNJ realizado em Rondônia – Luiz Silveira/CNJ/26-04-2011

Urso Branco pode fazer com que o Brasil receba sua primeira condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos devido à situação do sistema prisional do país, avalia a coordenadora da Justiça Global. Uma condenação pela OEA pode gerar, por exemplo, obrigação de o Estado pagar reparações a vítimas e seus familiares; ou seguir determinadas diretrizes em políticas públicas.

— Nas instâncias de direitos humanos da OEA (a Corte e a Comissão Interamericanas), o Brasil tem, em relação ao seu sistema penitenciário, processos sobre os complexos de Pedrinhas e do Curado, e sobre o presídio Urso Branco. Mas nunca foi condenado com relação a isso (o sistema prisional). Urso Branco pode ser a primeira condenação — diz Sandra.

O presídio teve duas grandes chacinas entre presos: em 2004 e no Réveillon de 2001 para 2002, quando mais de 20 detentos foram executados por outros, diz Sandra, porque decisão judicial determinando que não houvesse mais presos “celas livres” foi erroneamente interpretada.

— Em vez de coibir a circulação das “celas livres”, misturaram esses presos com os do “seguro”, fecharam a porta e foram para o Ano Novo. Os presos mais vulneráveis a receberem castigos são os do “seguro”, os que cometeram, por exemplo, estupro; além de gays, idosos e presos que não recebem visita, porque não têm dinheiro para pagar as cobranças que muitos grupos fazem em várias prisões — diz Sandra. — Há quase dez anos a OEA faz determinações ao Estado brasileiro sobre Urso Branco e as renova, porque não são integralmente cumpridas. Há cerca de dois meses enviamos novo documento sobre Urso Branco à OEA. Houve melhorias, mas ainda há violações graves, superlotação, péssimo atendimento de saúde.

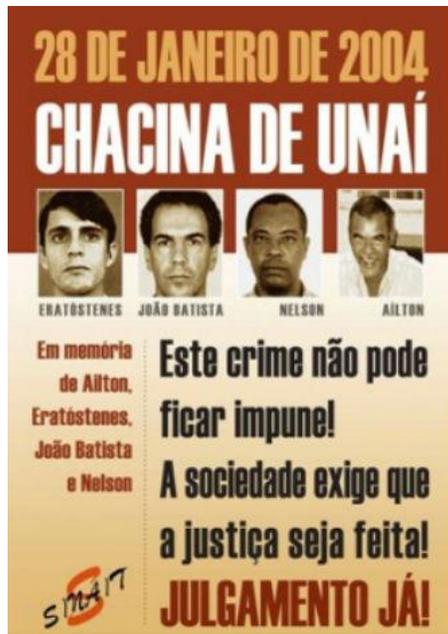




Desde essa data, afirma, até 2006, “o Estado brasileiro praticamente não retornou os pedidos da Comissão da Corte Interamericana, não levou esse processo a sério, perdeu os prazos para construir uma solução amistosa”.



Segundo ele, em 2011, a Comissão Interamericana fez um relatório final sobre o caso e sugeriu a possibilidade de as partes chegarem a um acordo. “Em uma última tentativa”, diz Plassat, os petionários aceitaram tentar um acordo com o Estado.



“Nós aceitamos realizar um acordo em 2012 e durante dois anos sentamos com o Estado brasileiro para tentar chegar a esse acordo. Interessava-nos um acordo porque chegaríamos a uma solução mais prática e mais rápida também, mas o Estado não se

esforçou para isso”. Com a desistência da negociação por parte do Estado brasileiro, o caso foi julgado novamente no mês passado e a sentença será divulgada pela CIDH nos próximos meses.

De acordo com Frei Xavier Plassat, uma das dificuldades de enfrentar a situação do trabalho escravo no Brasil está relacionada à falta de fiscais para fiscalizar como e onde essas atividades estão sendo desenvolvidas. “O grupo móvel de fiscais hoje tem, nacionalmente, quatro equipes, e teve 10 em certa época. O resultado é que a metade dos serviços é feita por fiscais das superintendências regionais, nem sempre com o mesmo preparo, clareza, independência e vigor”, diz.



E complementa: “Nos últimos quatro anos, temos uma média de duas mil pessoas libertadas, quando em anos anteriores tínhamos quatro a cinco mil pessoas libertadas. Isso quer dizer que o trabalho escravo está recuando? Ninguém se atreve a dizer isso. Podemos dizer que está se reduzindo o número de pessoas libertadas, e, dessas pessoas, em torno de 40% hoje são encontradas em atividades não agrícolas, não pecuárias”.



Frei Xavier Plassat é coordenador da Campanha da CPT de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo ‘De olho aberto para não virar escravo’ e se destaca pela sua atuação na luta



contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Seu trabalho lhe rendeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2008. Graduou-se em Ciência Política em Paris, em 1970, e ingressou na ordem



dominicana no ano seguinte

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consistem as denúncias de prática de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde, no Pará, que foi julgada na Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH?

Xavier Plassat – Primeiro é preciso entender que a audiência da Corte Interamericana julgou o Estado brasileiro e não julgou o fazendeiro em cuja fazenda foram apurados fatos de trabalho escravo naquela época. Então, é o próprio Estado quem está sendo acusado de violações variadas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação a não efetiva repressão e prevenção do trabalho escravo constatado nessa fazenda.

A Fazenda Brasil Verde é uma fazenda grande – de nove mil hectares –, localizada no Pará, e pertence ao Grupo Quagliato, que opera na criação de bois, com uma tecnologia bastante avançada. O grupo tem renome internacional em relação a várias



técnicas de reprodução do gado.

Nessa fazenda, é costume – assim como em várias fazendas na região do Pará – recrutar pessoas para realizarem trabalhos braçais, principalmente trabalhos ligados à construção, reparo de cercas, limpeza de pasto etc. Essas fazendas recrutam pessoas em regiões remotas, como Piauí, Maranhão e Tocantins. Contratam trabalhadores que estão em busca de qualquer oferta de trabalho, os quais vivem em locais onde não há a menor alternativa de



subsistência.

Esses trabalhadores migrantes sazonais são recrutados por meio de “gatos”, que são empreiteiros que circulam no interior e que fazem promessas bastante atrativas aos trabalhadores, oferecendo inclusive adiantamento em dinheiro antes mesmo de as pessoas viajarem para a fazenda.



Os trabalhadores vão para regiões desconhecidas, acreditando que essa oferta de trabalho vai “tirá-los do buraco”. Mas, durante a viagem, eles fazem uma descoberta gradual e, às vezes, brutal de que entre a promessa e o real há uma distância enorme. Basicamente eles chegam a uma fazenda onde não existe a mínima infraestrutura em termos de alojamento. Eles são avisados já durante a viagem e logo na chegada à fazenda, de que tudo o que foi gasto com eles – desde o adiantamento salarial inicial, o próprio transporte, as noitadas, a alimentação durante a viagem e, agora, os instrumentos de



trabalho – terá que ser pago.

Como eles não têm dinheiro, o valor devido é descontado na primeira remuneração, portanto todos os gastos iniciais feitos por conta do deslocamento deles para a fazenda passam a ser considerados como dívida, ou seja, eles já chegam ao local de trabalho endividados.

Eles também assinam um contrato concordando com a possibilidade de serem removidos, a critério do fazendeiro, para qualquer outra fazenda do grupo. Além disso, os documentos deles são solicitados com a justificativa de que serão



consultados por algum motivo de controle mas não são devolvidos.

Relatório CPT: 30 anos de denúncia e combate ao trabalho

escravo

Trabalho escravo moderno

Ações como essas são identificadas como um padrão de trabalho escravo moderno, em que a pessoa deixa de ter o controle sobre si mesma. Ela pode até, em certos casos, ter a liberdade formal de ir e vir, mas, nesse caso particular, os trabalhadores não tinham essa opção. Eles só podiam ir embora depois de ter quitado a dívida



e realizado o serviço.

Casos como esses têm sido denunciados desde 1986, 1989, 1991. Ou seja, quase todos os anos a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que tem um escritório em Xinguara e outro em Marabá, que são duas cidades próximas dessa fazenda, receberam queixa de trabalhadores que fugiram dessa fazenda.



A CPT documentou essas queixas, lavrou denúncias e comunicou às autoridades, e a partir de 1995 o Estado brasileiro havia criado um novo

modo de fiscalização. Nosso objetivo era destinar essas queixas ou denúncias à direção do grupo em Brasília, como forma de garantir a imparcialidade e a ausência de interferência de delegacias locais no funcionamento do Ministério do Trabalho local.



No total das visitas e fiscalizações realizadas entre 1989 e 2000, mais de 300 pessoas foram resgatadas, mas isso não gerou nenhum mecanismo efetivo de responsabilização da fazenda e dos “gatos”. Houve, sim, uma ação penal iniciada em 1997, mas em virtude da indefinição na época e da competência para julgar o crime de trabalho escravo, essa ação penal foi como uma “bola de pingue-pongue”, transitando da Justiça federal para a Justiça estadual, voltando à Justiça federal, na qual finalmente chegou em estado tal que a prescrição do caso a ser julgado era incontornável e obrigatória devido à regra da lei penal brasileira.



Ou seja, depois de 11 anos de trâmite caótico, o juiz

federal teve como obrigação constatar que o crime estava prescrito. Trata-se, portanto, de uma situação absolutamente inaceitável, inclusive tendo em vista que o Brasil assinou um tratado internacional na Organização dos Estados Americanos – OEA, concordando que um crime de trabalho escravo é imprescritível, mas na lei brasileira não foi transcrita essa imprescritibilidade.



Então, um conjunto de fatos caracteriza situações repetidas de trabalho escravo, nas quais são explorados trabalhadores que têm em comum essa situação de



vulnerabilidade.

A maioria desses trabalhadores é de Barras, no Piauí, onde há ausência de investigações adequadas, onde acontecem atitudes caóticas por parte do Estado no tratamento e no processamento das informações, além da ausência de medidas de prevenção para evitar que esses mesmos trabalhadores voltem a entrar nessa situação repetidamente. E claro que esses trabalhadores nunca receberão indenização, se eles receberem alguma coisa, será unicamente o que o fazendeiro deveria ter pagado espontaneamente se tivesse respeitado a lei.

“No total das visitas e fiscalizações realizadas entre 1989 e 2000, mais de



300 pessoas foram resgatadas”



IHU On-Line – Como esse caso chegou à Corte Interamericana? Como foi a Audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro em San José, na Costa Rica? Pode nos contar como a ação movida contra o Brasil sobre o caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil” foi tratada?

Xavier Plassat – O caso chegou à Corte Interamericana depois de um trâmite também muito longo. Em 1998 a CPT, junto com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, protocolou na Comissão Interamericana de Direitos Humanos essa denúncia contra o Estado brasileiro.



No sistema interamericano, a comissão funciona como um promotor: prepara o processo, verifica se a denúncia tem cabimento, interroga as partes para pedir justificação e explicações complementares e vai construindo sua própria opinião sobre os fatos alegados. Nessa fase a comissão tentará, inclusive, aproximar as partes para chegar a um acordo.

Acontece que de 1998 a aproximadamente 2006, o Estado



brasileiro praticamente não retornou os pedidos da Comissão, não levou esse processo a sério, perdeu os prazos para construir uma solução amistosa. Em 2011, a Comissão Interamericana fez um relatório final sobre o caso e nesse relatório sigiloso e comunicado somente entre as partes, ela fez uma análise bastante grave, séria, radical dos fatos alegados pela CPT e pelo CEJIL, concordando que eles constituíram violações em vários artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos e que isso justificava, na ausência de um acordo, a ida das partes à Corte, a não ser que, em uma última tentativa, os petionários aceitassem tentar



costurar um acordo com o Estado.

#### Resultado de imagem para Trabalho Escravo Brasil

Nós aceitamos realizar um acordo em 2012 e durante dois anos sentamos com o Estado brasileiro para tentar chegar a esse acordo. Interessava-nos um acordo porque chegaríamos a uma solução mais prática e mais rápida também, mas o Estado não se esforçou para isso.

#### Negociações frustradas com o Estado brasileiro



A nossa ideia era, além de solicitar a reparação imediata e necessária em

relação às mais de 300 vítimas, identificar por que haviam ocorrido tantos disfuncionamentos e, sobretudo, criar mecanismos inovadores para que, quando ocorressem situações de trabalho escravo, a coleta das provas fosse feita de forma tão eficiente no momento da fiscalização, que ela facilitasse a ação penal e a sua conclusão em um tempo razoável, a fim de haver a responsabilização dos envolvidos.



Nós chegamos a quase 98% do acordo, com todas as cláusulas aprovadas, quando, de repente, o Estado saiu da negociação no final de 2013, alegando que via um risco à segurança jurídica do Estado.

Um dos argumentos era o de exigir que as vítimas renunciassem explicitamente a qualquer outra forma de ação contra o Estado e a relação dela com os fatos; e a outra era que as vítimas assinassem uma procuração para um advogado único. Essas duas medidas não tinham como ser aprovadas porque criariam um precedente ruim, então o Estado rompeu a negociação alegando que iria concluir unilateralmente todas as cláusulas acordadas.



O Estado nos enrolou por quase um ano, não cumprindo nada de

específico, fazendo relatórios "bonitos", dizendo que ele tinha cumprido muita coisa desde 1995. O caso é que nós não estávamos contestando as ações do Estado brasileiro a partir de 1995; estávamos solicitando o cumprimento de ações em outro momento. Com isso, a comissão acabou se cansando e no meio do ano passado decidiu que o caso retornaria à Corte Interamericana para julgamento em segunda instância.



#### Audiência na Corte Interamericana

Depois de cada uma das partes ter elaborado o seu pedido e seus argumentos e de ter indicado seus peritos e suas testemunhas, chegamos a essa audiência, que foi realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro, em São José, na Costa Rica, que é a sede natural da Corte Interamericana. Durante esses dois dias de audiência o formato foi o seguinte: a Comissão fez o ato de acusação, relatou o que denunciou, depois os petionários apresentaram quatro testemunhas e os peritos escolhidos declararam, de forma oral, suas observações para serem



acrescentadas ao processo.

Nossos peritos e testemunhas foram Leonardo Sakamoto, do Repórter Brasil, Ana de Souza Pinto, educadora e agente da CPT há mais de 30 anos, e

Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora Geral da República, criminalista extremamente competente sobre esse assunto.



Os outros peritos que declararam suas informações de forma escrita são pessoas de grande renome, como o Procurador do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo, que foi procurador-chefe do Ministério do Trabalho até o ano passado, Gulnara Shahinian, Relatora da ONU contra o trabalho escravo, Valdeez Maria Monte Rodrigues, que foi a primeira coordenadora do grupo móvel de fiscalização, Ricardo Rezende, padre no Rio de Janeiro, que anima o grupo de pesquisa contra o trabalho escravo,



e vários outros.

Na segunda parte da audiência, o Estado poderia apresentar suas testemunhas, mas não as apresentou porque não as têm, porém apresentou seus peritos. A Comissão Interamericana fez perguntas aos peritos e assim foi o primeiro dia do julgamento. No segundo dia foram feitas as alegações finais formuladas pelas duas partes. Nós, como petionários, fizemos, durante cerca de uma hora, um resumo das nossas alegações, das nossas demandas e da nossa posição. Na sequência, o Estado, na boca do representante da

Procuradoria Geral da União – AGU, fez as suas considerações negando tudo o que nós havíamos dito. Em seguida, ouvimos também algumas considerações por parte da Comissão Interamericana e dos juízes e assim foi concluída a audiência.

A decisão dos juízes só virá depois de seis meses, mas essa é uma sentença que, ao que tudo indica, tem chances de ser uma sentença condenatória, já identificando violações e obrigando o Estado a determinadas ações, indenizações, medidas, modificações, investigações etc.

IHU On-Line – Como o representante da Procuradoria Geral da União se manifestou durante a audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação às denúncias



apresentadas?

Xavier Plassat – Ele foi, eu diria, uma pessoa inteligente, e tentou achar argumentos em defesa do Estado, mesmo em uma situação tão desconfortável. Ele começou dizendo o seguinte: “Tudo o que foi dito é verdade, é um retrato do Brasil, mas é um retrato em preto e branco superado; isso não existe mais, porque nós fizemos muitas coisas de lá para



cá”.

Nós nunca negamos que o Estado promoveu algumas ações, mas não era isso que estava em discussão. Um dos representantes da Corte inclusive perguntou se, dado que o Estado havia feito tantas coisas, havia alguém na cadeia. Depois, o representante da Procuradoria foi questionado sobre por que o Estado resgatou trabalhadores se eles não eram maltratados.

Na verdade, é preciso entender que o outro elemento importante da argumentação do Estado é dizer que a Corte é incompetente, porque o Brasil



só reconheceu a competência da jurisdição da Corte Interamericana a partir de 1998. Então, podemos concordar que todos os fatos alegados antes existiram, mas eles saem da competência da Corte.

A isso nós respondemos que fatos que continuaram gerando um prejuízo, uma omissão e uma violação posteriormente ao reconhecimento da jurisdição são imputáveis; por exemplo, a ausência de uma investigação ou a ausência de uma reparação às vítimas, ou a ausência de busca de dois adolescentes desaparecidos, dos quais até hoje não somos capazes de apresentar uma certidão de óbito. O Estado é incapaz de provar que eles morreram, porque não se mexeu para isso.

Outro ponto do Estado foi dizer que a Corte é incompetente porque se trata de violações a direitos econômicos e sociais e isso é objeto de outro pacto, o pacto de São Salvador sobre os direitos econômicos e sociais, ou seja, não se trata de uma questão de direitos humanos. Então, na realidade a argumentação é fraca, é uma forma de negar a gravidade de fatos, e o que

nos incomoda é a posição que diz que condições degradantes não são uma forma de trabalho escravo.



Nós devemos entender trabalho escravo somente se uma pessoa é submetida à corrente? As formas modernas, contemporâneas de escravidão não são somente um atentado à liberdade, mas levam à degradação da pessoa, transformando-a em uma "coisa". Essa é a definição mundial do que é trabalho escravo: a escravidão torna a pessoa uma coisa, não necessariamente na forma antiga, afirmando sobre ela um direito de propriedade, mas um direito de uso e de descarte a critério de uma exploração.

“Você acha que é por que não tinha trabalho escravo nas oficinas antes? Não, sempre houve, talvez mais”

IHU On-Line – Quais foram suas impressões em relação à negociação realizada com o Estado nesses dois anos para se chegar a um acordo? Quais foram as maiores dificuldades?

Xavier Plassat – O Estado tem várias caras: a do Ministério das Relações

Exteriores, da AGU, da Secretaria da Presidência da República, da Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Social. Todas essas partes, em algum momento, participaram dessa negociação. Agora, quem tem a última palavra, ao que parece, é o setor internacional da AGU



e o Ministério das Relações Exteriores.

Nesses setores não se entende muito sobre trabalho escravo, entende-se, sobretudo, de defesa cega dos interesses do Brasil como Brasil: “não toque no meu Brasil”!

Esses setores não escutam muito o que a sociedade civil conhece e tem de expertise sobre essa situação, não escuta muito o que o Ministério Público conhece e tem de expertise



nessa situação. Na verdade, encontramos nessa negociação pessoas de boa vontade tanto quanto pessoas com menos boa vontade, porque o Estado é feito, às vezes, desses ingredientes contraditórios.

O que nos frustrou um pouco é que em

nenhum momento o Estado chegou fazendo propostas, sugerindo isso ou aquilo; ele somente ficou reagindo às nossas propostas. Então, isso foi uma frustração imensa para nós.

IHU On-Line – Qual é a situação do trabalho escravo em outros países da América do Sul e América Central em comparação à situação do Brasil?

Xavier Plassat – Esse é um paradoxo: o Brasil é o melhor aluno da classe, mas não necessariamente por ser o melhor ele é imune a críticas. E isso também não significa que ele não comete negligências, omissões e violações. Nós não estamos dizendo que em nenhum momento o Brasil não fez nada, mas não queremos que o Brasil passe de vitrine a vitraça, como diz, com palavras bem apropriadas, Leonardo Sakamoto. Agora, os outros países não chegarão a ser vitrine porque poucos deles tiveram a



coragem de olhar a realidade crua como ela é, como o Brasil foi forçado a fazer a partir de 1995, depois de 25 anos de negação.



Nós sabemos, por informações da Organização Internacional do Trabalho



– OIT, por exemplo, que existem em torno de 21 milhões de escravos no mundo. Esse



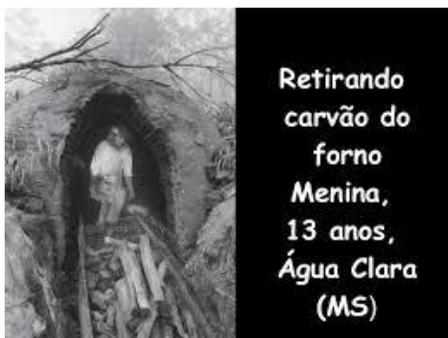
é um número difícil de se comprovar ao pé da letra, mas é uma estimativa.

Pelo menos um milhão e tanto está na América Latina e,

possivelmente, a maior parte, não necessariamente no Brasil.

Nós sabemos que as mesmas práticas que existem no interior da floresta amazônica do lado brasileiro existem também do lado peruano ou nas outras fronteiras amazônicas do Brasil.

Sabemos que nas Guianas existem formas de trabalho escravo por conta da mineração de ouro, e casos de prostituição. Estamos vendo que o Suriname também é um foco importante de trabalho escravo, a Argentina tem as mesmas oficinas da Zara, que produzem roupas usando



mão de obra peruana e boliviana.

Inclusive o Papa Francisco, quando era arcebispo de Buenos Aires, era militante ativo da ONG La Alameda de combate ao trabalho escravo e ao tráfico. Isso explica por que ele é tão sensível a esse tema, porque ele tem uma experiência pessoal com a Argentina.

Mas a Argentina, a Bolívia e o Peru só recentemente começaram a ter instrumentos e mecanismos de combate ao trabalho escravo. Inclusive, é o Brasil quem ajuda a criar muitos desses instrumentos e dessas políticas. A Organização Internacional do Trabalho – OIT tem atualmente um programa de cooperação com o Peru, que visa intercâmbios de fiscais do trabalho do Peru que vêm observar as práticas no Brasil, e fiscais do Brasil que vão para lá explicar como faz.

Essas ações entre os países são muito boas, mas isso não retira, minimamente, a necessidade de dizer ao Brasil que as ações estão falhando, porque até hoje ainda ninguém foi para a cadeia por crime de trabalho escravo, porque até hoje não tem um programa nacional de prevenção ao trabalho escravo.

IHU On-Line – Qual é a atual situação de trabalho escravo no país? Ele está ligado a quais setores? Quais são as dificuldades de enfrentar essa questão?

Xavier Plassat – A questão é: aonde a fiscalização vai e busca trabalho escravo, ela encontra. Começamos a encontrar escravos nas oficinas de confecção somente nos últimos seis anos. Você acha que é por que não tinha trabalho escravo nas oficinas antes? Não, sempre houve, talvez mais. Só se tem conhecimento desse tipo de trabalho no Brasil porque um belo dia os fiscais de trabalho de São

Paulo resolveram “ir a fundo na ferida”.

Você acha que na produção de cana-de-açúcar, antes de 2005, não havia trabalho escravo no Brasil? Havia, só que foi a partir dessa data que começamos a fiscalizar com seriedade. Aliás, na construção civil, será que não havia trabalho escravo antes? Havia.

Então, o problema é que hoje estamos em uma situação na qual o efetivo de fiscais para a fiscalização de trabalho escravo está reduzido: o grupo móvel hoje tem, nacionalmente, quatro equipes, e teve 10 em certa época. O resultado é que a metade dos serviços é feito por fiscais das superintendências regionais, nem sempre com o mesmo preparo, clareza, independência e vigor.



Mas o certo é que para fazer novas fiscalizações, inclusive as que seriam necessárias fazer na pecuária, no desmatamento da Amazônia, precisaria de muito mais fiscais. Há um resultado concreto de que, nos últimos quatro anos, temos uma média de duas mil pessoas libertadas, quando em anos anteriores tínhamos quatro a cinco mil pessoas libertadas.

Isso quer dizer que o trabalho escravo está recuando? Ninguém se atreve a dizer isso. Podemos dizer que está se reduzindo o número de pessoas libertadas, e, dessas pessoas, em torno de 40% hoje são encontradas em atividades não agrícolas, não pecuárias.



“A questão é: aonde a fiscalização vai e busca trabalho escravo, ela encontra”

IHU On-Line – Quais são os fatores que dificultam o enfrentamento da questão do trabalho escravo?

Xavier Plassat – Eu diria que temos que guardar presente no raciocínio que o trabalho escravo acontece principalmente por um motivo de ganância, de busca de lucro exagerado nas costas do trabalhador e à custa dos concorrentes. É um fenômeno de concorrência desleal, e, quando flagramos escravagistas, nós temos a possibilidade de pôr fim a uma fonte



de lucro considerado.

Em 2004, assassinaram quatro fiscais do trabalho em Unaí. Trata-se de um desafio claro e direto ao Estado de direito, por parte de ruralistas e contrabandistas. Hoje, o desafio é na forma de uma contestação no campo da lei, no campo institucional; trata-se de desmontar e desconstruir o sistema brasileiro de combate ao trabalho escravo, começando pela lei 149.

Querem aboli-la e tornar inócua a Emenda Constitucional da Expropriação, alterando na lei de regulamentação que poderia dar uma chance de essa emenda vir a ser posta em prática, e eles querem eliminar a lista suja, querem reforçar a utilização



da terceirização sem nenhum critério.

Enfim, existe todo um conjunto de circunstâncias que demonstra um poder de fogo muito grande e que encontra, em congressistas – geralmente financiados nas suas campanhas por essas mesmas forças –, aliados fiéis e submissos. Essa é uma situação muito difícil para a qual



precisamos reagir enquanto sociedade.

Tem uma campanha, e acho oportuno mencioná-la, chamada #somoslivres, que foi lançada pelo Wagner Moura e continuará por alguns meses, a fim de mostrar que a situação relacionada ao trabalho escravo é grave e que não podemos recuar. O Brasil foi apontado como um exemplo no combate ao trabalho escravo, mas não podemos passar a ser o pior dos alunos, retroagindo agora.

IHU On-Line – Deseja acrescentar



algo?

Xavier Plassat – Nós falamos como cristãos e para nós é muito importante colocar em prática uma luta que está a serviço da dignidade e da vida, respeitando a todos. Nós, dominicanos, temos que ter a máxima intolerância contra violação de direitos humanos dessa natureza. Como diria Bartolomeu de Las Casas, “todos os direitos para todos”; é isso que nós queremos.



Esta reportagem, foi elaborada pelo Dhc. Phd. M.'.M.'. Jornalista Dr. José Carlos Pereira, CEO fundador do Instituto Educando Para a Paz, Signatário do Pacto Global das Nações Unidas. Capelão, Teólogo, UN Volunter, Membro Consultivo Ecosoc/Esango, CEO do Franco da Rocha News, Comendador Ordem do Mérito Teológico Científico, Embaixador da Paz OERF, Príncipe do Império de Kutai Mulawarman, Correspondente Internacional Kutai News, I Report CNN.

Esta realidade exposta nesta matéria, é apenas a ponta do Iceberg. O Brasil real, está imerso na corrupção, tanto na política como na iniciativa privada. Verdade está escondida pela corrupta mídia brasileira, que patrocina a corrupção. O Brasil real, está imerso na fome, na miséria, no analfabetismo, na violência, na discriminação de raça, cor, religiosa e social, na intolerância correlata.